

## Os três hábitos do empresário de alto desempenho

Marcos Guglielmi (\*)

*Um dado notório no Brasil a respeito das empresas é que mais da metade delas fecha as portas em até 5 anos de vida*

Isso é resultado da falta de uma geração de riqueza que leve o negócio para frente. De modo geral o empresário não está preparado para gerar e gerir o dinheiro da empresa, e isso é um dos grandes desafios. Entretanto, dinheiro não é causa, é resultado. Então, a pergunta que fica é: o que causa a geração de riqueza de uma empresa? Quais os grandes pilares que o empresário deve trabalhar em si, e nos negócios, para que os resultados venham?

Quem está no topo, normalmente o dono da empresa, é quem vai determinar o nível de resultados dela. E o que este empresário faz de forma consistente é o que vai levar a empreitada ao resultado. Estamos falando dos hábitos e atitudes que ele tem no dia a dia. Pensando nisso, listei três destes hábitos para que um empresário tenha alto desempenho, e com isso melhore sua empresa.

**Testar, medir e analisar** - Não fuja dos números. Hoje metodologias ágeis se tornaram famosas, e o teste passou a fazer parte constante dos movimentos de campanhas dentro das empresas. Com resultados mais rápidos se consegue corrigir o curso de ações com maior velocidade. Porém, não basta testar, é preciso medir corretamente a empresa como um todo, e após medições precisas e testes conclusivos, ainda falta analisar os dados que se obteve.

Essa é talvez a principal tarefa do empresário, e ele precisa interpretar essa informação a fim de guiar a empresa para o lucro. Concentrar-se nesses aspectos é o primeiro passo. Eles fazem toda a diferença quando tornados hábitos.

**Comunicar** - Um dos pontos mais terríveis dentro das empresas é a falta de comunicação, ou a falha dela. Isso porque a comunicação vai além do que é dito, depende da ausência de interferências e, acima de tudo, da compreensão de quem ouve. Para se comunicar, não basta exigir que a equipe se adeque a seu perfil de locução. O empresário precisa entender seu próprio perfil e dos que trabalham com ele para manter um diálogo que será entendido e aplicado. É preciso que haja uma comunicação contínua e fluída, que não seja deixada de lado após

o término de uma reunião, ou que seja impedida pela falta de compreensão do modo de trabalho do interlocutor.

**Sistematizar, automatizar e registrar** - A maioria das empresas já tem uma “forma” de trabalhar, isso é certo. Ocorre que nem sempre esta forma traz resultados. Isso ocorre porque normalmente a “forma” não está sendo seguida por todos do mesmo jeito ou ela simplesmente não é eficaz. Então sistematizar é fazer com que se busque um padrão (uma forma) que seja registrada (por escrito, por exemplo), eficaz e produtiva para que a empresa obtenha o maior lucro no menor tempo.

Automatização é uma forma de sistematização, sendo que normalmente leva a menor intervenção do ser humano e maior de máquinas e softwares. Obviamente tudo isso precisa sempre ser registrado para que o desempenho da produtividade seja analisado. Vamos dar um exemplo sobre tudo isso. A maioria das empresas de pequeno e médio porte não tem um processo de vendas bem definido (asistematização de vendas).

Não estamos falando do caminho do pedido dentro da empresa e sim da forma como a empresa vende. Isso faz toda a diferença na eficácia da venda, ou seja, trazer mais resultados em menos tempo. Em seguida devemos considerar o registro. Neste mesmo exemplo de vendas, as informações deveriam ser registradas em um CRM para que todo o histórico esteja claro para toda a equipe. Isso permite que se conheça bem a situação para uma futura abordagem ao cliente potencial, além de permitir ao vendedor saber em que fase da venda a empresa está, e qual o próximo passo a ser dado.

Tudo isso faz muita diferença no resultado final. Deixar de sistematizar, automatizar e registrar não é uma alternativa. Esses comportamentos permitem o gestor controlar melhor sua equipe e a si mesmo, sendo um exemplo e alimentando sua empresa com uma cultura de produtividade. Quando o gestor possui bons hábitos, fica mais fácil disseminar boas práticas, afinando o funcionamento da máquina empresarial. Cobrar e ser exemplo, incentivar e avaliar: essas máximas levam a um alto desempenho.

Tudo isso parte de cima para baixo, demandando foco e esforço, sobretudo do empresário.

(\*) - É treinador de empresários, empresário e sócio fundador da ActionCOACH São Paulo (www.acsaopaulo.com.br).

# Eleições, copa e festas juninas reduzem ritmo de votações no Congresso

Copa do Mundo da Rússia e as festas juninas no país podem enfraquecer ainda mais o ritmo de votações no Congresso Nacional nas próximas semanas

Dessa forma, temas polêmicos e pautas do governo, como os compromissos assumidos com a greve dos caminhoneiros, podem ser afetados e ficar sem a definição de deputados e senadores. Na Câmara, o presidente da Casa, Rodrigo Maia, já negou que decretará receso no período dos jogos da Copa, mas lembrou que as festas juninas podem impactar no quórum das votações.

“Só vamos ter problema na última semana [de junho], que junta com a semana de São João, no Nordeste. Então, temos três semanas para trabalhar, há projetos na pauta. A Copa, para nossa felicidade, só tem um jogo durante a semana. A gente precisa continuar trabalhando e torcendo para que os jogos do Brasil na segunda fase sejam segunda, sexta e no fim de semana”, acrescentou.

Apesar da expectativa em apreciar o projeto que regulamenta o transporte rodoviário de cargas no país, a medida ainda não foi discutida em plenário pelos deputados. O projeto estabelece regras para parte das reivindicações dos caminhoneiros que paralisaram em todo o país. No texto do



O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, negou que decretará receso no período dos jogos da Copa, mas lembrou que as festas juninas podem impactar no quórum das votações.

deputado Nelson Marquell (PTB-SP) são estabelecidas formas de contratação dos transportadores autônomos, de cooperativas ou empresas, regras para segurança nas estradas e normas para contratação de seguros em caso de acidentes, perda de mercadoria e até furtos e assaltos.

Deputados e senadores devem começar a discussão das três medidas provisórias negociadas pelo governo e representantes de caminhoneiros. As comissões mistas já foram

criadas e reúnem 13 deputados e 13 senadores para discutir o assunto. Entre as medidas estão a determinação da Conab a reservar até 30% de sua demanda para a contratação de transportadores autônomos e a criação de um preço sobre cada km de frete. Além disso, há a inserção do pagamento de pedágio para os caminhões e carretas que transitarem com eixos suspensos em estradas estaduais que foram concedidas à iniciativa privada.

Outro tema previsto para en-

trar na agenda de discussões da semana é chamado o cadastro positivo. O projeto, de origem do Senado, já teve o seu texto-base aprovado no início de maio, mas os deputados ainda precisam analisar os destaques que podem alterar trechos da medida.

A proposta permite que instituições financeiras incluam informações no sistema sem autorização específica dos clientes. Atualmente, o sistema reúne seis milhões de consumidores (ABR).

## Aumento de recursos de loterias para educação básica

A Comissão de Educação da Câmara aprovou proposta que pode ampliar os recursos da educação básica pública. Segundo o projeto do deputado Marx Beltrão (PSD-AL), 60% das verbas destinadas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) pelo Fundo Especial da Loteria Federal serão destinadas à educação básica.

O FNDE é um órgão ligado ao MEC responsável pelo repasse de recursos a programas da educação básica pública. Já o Fundo Especial da Loteria Federal é formado pelos resultados positivos da Caixa Econômica Federal na gestão das loterias federais. O projeto recebeu parecer favorável do relator na comissão, o deputado Izalci Lucas (PSDB-DF), que elogiou o texto.

“O projeto reforça o compromisso do Estado brasileiro para com o ensino de nossas crianças e adolescentes, assegurando que mais da metade dos recursos do Fundo Especial da Loteria Federal destinadas ao FNDE seja orientado a esse estágio de formação educacional”, disse. O projeto será analisado agora, em caráter conclusivo, pelas comissões de Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça (Ag.Câmara).

## Preso na Papuda, deputado reassume mandato na Câmara

Condenado pelo TRF4 a cinco anos e três meses de reclusão, em regime semiaberto, por fraude e dispensa de licitação, à época em que era prefeito de Pinhalzinho (SC), o deputado federal João Rodrigues (PSD-SC) reassumiu ontem (11) o mandato na Câmara dos Deputados. Rodrigues estava proibido de exercer função pública por decisão da juíza substituta da 1ª Vara Federal de Chapecó, Priscilla Piva.

Na última quinta-feira (7) o presidente da Câmara, Rodrigo Maia chegou a determinar à Direção-Geral da Casa o afastamento do parlamentar e a convocação do suplente dele. No entanto, teve que revogar a decisão depois que o ministro Luís Roberto Barroso, do STF concedeu liminar, no mesmo dia, autorizando o retorno do parlamentar à Câmara. Desde fevereiro, o deputado cumpre pena no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília.

Mesmo preso, sem comparecer à Câmara, Rodrigues continuou a receber salário e os demais benefícios em decorrência do mandato. Pela ausência em sessões no período, a remuneração do



Deputado federal João Rodrigues (PSD-SC).

parlamentar caiu de R\$ 33,7 mil para cerca de R\$ 9 mil. João Rodrigues responde a processo no Conselho de Ética da Câmara. No mês passado foi aprovado, por 9 votos a 1, o parecer preliminar do deputado Ronaldo Lessa (PDT-AL) que recomenda o prosseguimento das investigações contra o carinense que pode resultar na perda de mandato. O mérito do processo ainda não foi julgado.

O deputado Celso Jacob (MDB-RJ) também reassumiu o mandato, na última sexta-

feira (8). Condenado a sete anos e dois meses de prisão, em regime semiaberto, por falsificação de documento público e dispensa de licitação fora das hipóteses previstas em lei quando era prefeito de Três Rios (RJ), Jacob estava afastado das atividades parlamentares desde maio por decisão do presidente da Câmara. O retorno à Casa ocorreu depois que ele foi autorizado pelo juiz Fernando Messere, do TJDF, a cumprir pena em regime aberto (ABR).

## Divulgação dos beneficiários de isenção fiscal pelo Senado

O Plenário pode votar hoje (12) o projeto que autoriza a Fazenda Pública a divulgar os nomes de pessoas beneficiadas por renúncia fiscal. Em 2018, o governo federal deve deixar de arrecadar R\$ 283,4 bilhões em isenções, mas não há lei que determine a publicidade dos nomes dos favorecidos pela medida. O projeto é do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) que defende a iniciativa como forma de contribuir para a fiscalização pelos cidadãos das ações do governo.

“Privar o cidadão brasileiro do acesso a essas informações contribui para cercear sua capacidade de fiscalizar o governo e de questionar eventuais ‘benevolências’ indevidas em nome de pessoas físicas e jurídicas”, argumenta o parlamentar. A relatora na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) foi a senadora Lúcia Vânia

(PSB-GO). Ela apresentou um parecer favorável ao texto, mas recomendou algumas alterações. A primeira delas é para que a Fazenda Pública divulgue apenas os nomes de pessoas jurídicas beneficiadas por isenções fiscais.

“A divulgação relevante se refere aos benefícios destinados a determinados setores produtivos. São esses que podem distorcer indevidamente o princípio da isonomia. Parece não haver razão para tornar públicas informações de benefícios usufruídos por pessoas físicas”, afirma a relatora no parecer. Vânia acrescentou ainda um dispositivo para autorizar os agentes do Fisco a confirmarem informações prestadas por beneficiários de programas sociais do governo. O objetivo é evitar fraudes, como o recebimento de benefício por quem não preencha requisitos de renda, por exemplo (Ag.Senado).

## Congresso Nacional debate frete mínimo para caminhoneiros

A comissão especial que analisa a medida provisória contendo a Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas vota requerimentos amanhã (13). A MP faz parte de um pacote enviado pelo governo federal para por fim à greve dos caminhoneiros, encerrada em 30 de maio. O texto prevê a criação de uma tabela de preços mínimos para o frete, a ser publicada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Os valores serão atualizados duas vezes por ano, em 20 de janeiro e em 20 de julho.

Quem contratar um caminhoneiro e pagar menos que o piso fica sujeito ao pagamento em dobro do valor. De acordo com o Palácio do Planalto, a MP “tem a finalidade de promover condições razoáveis à realização



Quem contratar um caminhoneiro e pagar menos que o piso fica sujeito ao pagamento em dobro do valor.

de fretes”. O assunto enfrenta resistências no Senado. Parlamentares criticaram a primeira tabela divulgada pela ANTT. De acordo com a agência, o valor do km rodado varia de R\$ 0,57 a R\$ 2,10 — dependendo da ex-

tensão da rota percorrida e do número de eixos do caminhão. O senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) manifestou “aprensão” com os valores divulgados pela ANTT. Segundo o parlamentar, a tabela preju-

dica indústrias do Norte e do Nordeste e beneficia empresas instaladas no Sul e no Sudeste. “Os caminhões levam cargas para o Norte e Nordeste. O frete de volta certamente é mais barato porque aproveita as cargas de retorno, uma vantagem competitiva para os empreendimentos industriais e centrais de distribuição instalados no Nordeste”.

Para o senador Paulo Paim (PT-RS), “a tabela foi muito mal formulada”. Ele afirmou que os setores envolvidos na atividade não foram ouvidos pela ANTT. Ao fazer a tabela, o governo tinha que chamar todos. Construíram uma tabela sem envolver as partes que estariam dispostas a um entendimento e de um que deu. A situação é desesperadora. E continua o conflito, infelizmente” (Ag.Senado).